

BOLETIM

GEOCORRENTE

Nº 164 • 22 de junho de 2022

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante João Alberto de Araujo Lampert

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR EXECUTIVO

Capitão-Tenente Bruno de Seixas Carvalho (University of Birmingham)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN) Noele de Freitas Peigo (Facamp) Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF) Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Rafael Esteves Gomes (UFRJ) Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: Barco chinês

Por: Marinha dos Estados Unidos

Fonte: Picryl

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/PLI Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na <u>home page da EGN</u> e em nossa <u>pasta do Google Drive</u>.



PESQUISADORES DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

ÁFRICA SUBSAARIANA

Carolina Vasconcelos De Oliveira Silva (PUC-Rio) Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio) Isadora Jacques de Jesus (UFRJ) João Victor Marques Cardoso (UNIRIO) Luísa Barbosa Azevedo (UFRJ) Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)

AMÉRICA DO SUL

Bruna Soares Corrêa de Souza (UniLaSalle) José Martins Rodrigues Junior (UFRJ) Luciano Veneu Terra (UFF) Otávio Brasileiro Pires de Camargo (UNESP) Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Ana Carolina Vaz Farias (UFRJ)
Jéssica Pires Barbosa Barreto (EGN)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ) Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF) Raphaella da Silva Dias Costa (UFRJ)

EUROPA

Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF) Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ) Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ) Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (IBMEC)
Júlia Elias Teodoro Santos Pereira (UFRJ)
Luís Filipe de Souza Porto (UFRJ)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Philipe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFRJ)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Adel Bakkour (UFRJ) Amanda Neves Leal Marini (ECEME) Dominique Marques de Souza (UFRJ) Isadora Novaes dos Santos Bohrer (UFRJ) Melissa Rossi (Suffolk University) Vitória de França Fernandes (UFRJ)

RÚSSIA & EX-URSS

José Gabriel de Melo Pires (UFRJ) Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ) Pedro Mendes Martins (ECEME) Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University) Vitor Ferreira Lengruber (UCP)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio) Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ) Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangueira (UFRJ) Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ) Iasmin Gabriele Nascimento dos Santos (UFRJ) Lucas Mitidieri (UFRJ) Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

Alessandra Dantas Brito (EGN) Bruno Gonçalves (UFRJ) Guilherme Novaes Silva Pinto (UFRJ) Maria Claudia Menezes Leal Nunes (USP) Raquel Torrencilha Spiri (UNESP)

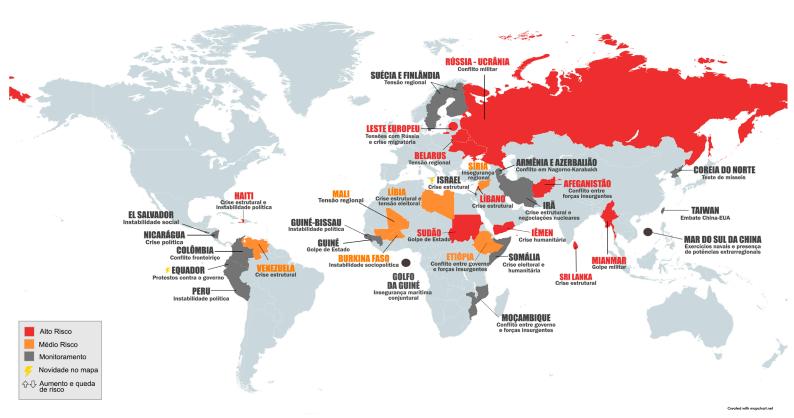


ÍNDICE

Pesca ilegal: ameaça recorrente à segurança marítima equatoriana	Três destaques para a aliança militar Seul-Washington		
Gás natural: a intransigência geopolítica no combustível da transição6	SUL DA ÁSIA		
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL	A relevância da LAC para as relações sino-indianas		
Segurança alimentar: o desafio caribenho frente a crise na Ucrânia	SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA		
ÁFRICA SUBSAARIANA	Indonésia: mesmos parceiros, novas estruturas e dinâmicas		
As contradições da potencial revalorização energética do Golfo da Guiné8	ÁRTICO & ANTÁRTICA		
EUROPA	O avanço na navegabilidade no território antártico Factorian Deep1		
O protocolo da Irlanda do Norte e o seu impacto nas relações Reino Unido	TEMAS ESPECIAIS		
União Europeia9	A corrida quântica e o descompasso estadunidense		
As mudanças nas relações entre União Europeia e Dinamarca10			
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA			
A disputa marítima entre Israel e Líbano	Artigos Selecionados & Notícias de Defesa 17		
RÚSSIA & Ex-URSS	Calendário Geocorrente17		
Rússia e Golfo Pérsico: um jogo de interesses12	Referências		
	Mapa de Riscos		

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS Desconsiderando a pandemia de COVID-19

Por: Guilherme Carneiro e Luísa Barbosa



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19.

AMÉRICA DO SUL

Pesca ilegal: ameaça recorrente à segurança marítima equatoriana

Bruna Soares Corrêa

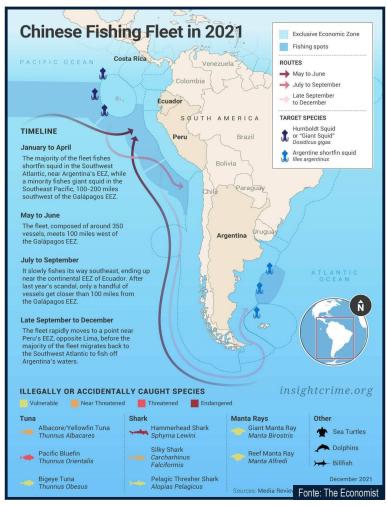
pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU, sigla em inglês) é um elemento de insegurança marítima no entorno da Reserva Marinha de Galápagos, com reflexos na segurança alimentar regional. Segundo a Global Financial Integrity, a pesca IUU gera receitas globais anuais de dezenas de bilhões de dólares, sendo considerada a sexta maior economia ilícita mundial. A Zona Econômica Exclusiva (ZEE) do Equador abriga alguns dos pescados mais valiosos do leste do Pacífico, como lulas de Humboldt, atum e tubarões. Os pesqueiros de bandeira chinesa são os que mais preocupam pelo descumprimento das leis de proteção ambiental e pela invasão à ZEE equatoriana e entorno das Ilhas Galápagos. Com isso, quais são os impactos do avanço desses pesqueiros ilegais, sobretudo chineses, no mar do Equador?

Em junho de 2022, a Marinha equatoriana afirmou monitorar uma frota pesqueira estrangeira a 70 milhas náuticas da ZEE de Galápagos, composta principalmente por barcos chineses, que representam 95% das embarcações que exploram a área próxima da reserva. Em 2021, as cotas e restrições sazonais foram desrespeitadas, causando desequilíbrio nos recursos

marinhos na região. A China, com aproximadamente 17 mil embarcações pesqueiras, foi classificada como um dos principais atores da pesca ilegal, segundo a *Global Initiative*. E, recentemente, a Guarda Costeira estadunidense classificou a pesca IUU como a principal ameaça à segurança marítima global. Estima-se que 20% dos pescados no mundo e até 50% na América do Sul sejam obtidos ilegalmente.

Durante a Cúpula das Américas de 2022, o presidente equatoriano Guilherme Lasso buscou apoio estadunidense, nas esferas militar e tecnológica, para combater a pesca IUU e o tráfico de drogas. A proposta do acordo bilateral visa à cooperação internacional para superação dos problemas relacionados à segurança e aos impactos negativos da pesca IUU, sobretudo chinesa, na ZEE do Equador.

O ilícito explora a fragilidade das expressões econômica, militar e científico-tecnológica do poder nacional equatoriano, o que impacta na segurança marítima, na defesa da soberania em sua ZEE, segurança alimentar e na gestão sustentável de biodiversidade marinha do país. Cabe ressaltar que, além da proteção ambiental, está em risco a estabilidade regional.



DOI 10.21544/2446-7014.n164.p05.

Gás natural: a intransigência geopolítica no combustível da transição

Bruno Gonçalves

A s transições energéticas são processos contínuos e não-estáticos de mudanças. Assim, para a transição em vigência, alguns recursos terão papeis cruciais. Dentre esses, destaca-se o gás natural (GN) como fonte não-intermitente de menor emissão de carbono, em uma conjuntura global de instabilidade do abastecimento energético e mudanças climáticas. Como o contexto energético sul-americano afeta o fornecimento do GN ao Brasil?

Segundo Vaclav Smil, professor da *Manitoba University* (Canadá), apesar da atual transição energética estar atrelada ao processo de substituição dos energéticos fósseis para os renováveis, os próximos 20 a 40 anos terão o GN como protagonista. Em comparação a outros combustíveis fósseis, como petróleo e carvão mineral, o GN é o que emite menos gases do efeito estufa, impulsionadores das mudanças climáticas. Além disso, quando confrontado com fontes renováveis, o GN apresenta maior segurança energética por não ser suscetível à sazonalidade climática para produção de energia.

Em abril de 2022, a Bolívia anunciou, de forma unilateral, que reduziria 30% da oferta de gás natural ao Brasil, de 14 milhões de m³/dia para 10 milhões de m³/dia – levando em consideração as médias dos últimos meses. Ademais, abasteceria a Argentina, que sofre com

os altos preços da importação do gás natural liquefeito (GNL) e se prepara para o inverno. Tal movimento se deu pelo governo boliviano desejar rever o contrato firmado no governo Jeanine Áñez, alterando o preço negociado. Atualmente, a Bolívia representa aproximadamente 20% da oferta do produto no mercado brasileiro, o que expressa a importância do hidrocarboneto boliviano para a segurança energética do Brasil.

Segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia 2031, publicado pela *Empresa de Pesquisa Energética* (EPE), existe a perspectiva de que haja aumento de mais de 30% na demanda total de gás natural no Brasil até 2031, saindo de 94 milhões de m³/dia para 123 milhões de m³/dia. Há três principais formas de abastecimento para essa demanda: importação do gás boliviano; importação de GNL, que passa por períodos de alto preço no mercado internacional e requer investimento em infraestrutura de terminais de gaseificação; e produção nacional, que ainda sofre com deficiências no escoamento.

Ademais, torna-se evidente que o gás natural terá cada vez mais relevância no cenário nacional. Ao pensar em uma conjuntura de maior segurança energética para a Bolívia, são necessários maiores investimentos e políticas públicas na infraestrutura capazes de suprir a demanda nacional do combustível da transição.

DOI 10.21544/2446-7014.n164.p06.

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Segurança alimentar: o desafio caribenho frente à crise na Ucrânia

Rafael Esteves

A caribe são importantes elementos na segurança alimentar da região. O conflito na Ucrânia desestabilizou o cenário econômico e geopolítico global mas, além disso, criou uma série de problemas na segurança alimentar em diversos países (Boletim 162), devido à diminuição da oferta de produtos e insumos primários provenientes das partes envolvidas, além do aumento considerável do preço dos alimentos. Nesse contexto, expõem-se a fragilidade caribenha: por ser grande importadora de alimentos, fato evidenciado pela declaração da Primeira-Ministra de Barbados, Mia Amor Mottley, afirmando que a situação da segurança alimentar se tornou crítica para a Comunidade do Caribe. Assim, como a questão ucraniana deteriora a segurança alimentar dos países caribenhos?

Inicialmente, é importante compreender a situação do Mar do Caribe em relação à segurança alimentar. Grande parte dos países caribenhos, as ilhas em particular, importam aproximadamente 80% de todos os alimentos consumidos pela respectiva população. Isso

se dá devido à geografia, com uma grande quantidade de Estados insulares com solos pouco propícios ao plantio, e as características socioeconômicas regionais, principalmente pelo número de pessoas em situação de vulnerabilidade financeira. Tendo isso em vista, a conjuntura do sistema internacional, principalmente a pandemia da COVID-19, ocasionou a deterioração do acesso da região a produtos alimentícios levando, em 2021, a 693 mil pessoas à insegurança alimentar em nível severo.

O conflito na Ucrânia foi um fator degradante da insegurança alimentar no Caribe, ocasionando a inflação dos alimentos. A elevação dos preços se dá, principalmente, pela diminuição da oferta de dois dos grandes fornecedores mundiais de produtos e insumos: Rússia e Ucrânia. A alta global dos alimentos dificulta o acesso aos produtos e causa um número maior de pessoas em insegurança alimentar, especialmente entre a população dos países insulares, dependentes das importações e com baixo nível de desenvolvimento »

econômico.

Portanto, a situação internacional é de grande importância para a segurança alimentar dos Estados caribenhos, uma vez que são altamente dependentes das importações desses produtos. A questão ucraniana levou à uma alta nos preços, dificultando a situação da

região e levando mais pessoas à insegurança alimentar. Dessa forma, é importante que os países caribenhos acompanhem o conflito e desenvolvam estratégias e políticas públicas que assegurem um melhor fornecimento de gêneros alimentícios para a população.

DOI 10.21544/2446-7014.n164.p06-07.

Submarinos classe-Virgínia e a meta de 355 navios da Marinha dos EUA

Jéssica Barreto

Atualmente, a Marinha dos Estados Unidos da América (EUA) opera três tipos de submarinos: de ataque, lançadores de mísseis balísticos e lançadores de mísseis de cruzeiro de ataque à terra. Em 28 de maio de 2022, a Força comissionou mais um submarino de ataque classe *Virginia*. A construção dessas embarcações faz parte do esforço da Marinha em substituir os submarinos de ataque da classe *Los Angeles* para modernizar e ampliar suas capacidades. Nesse sentido, é importante entender qual o papel desse tipo de submarino na estratégia de atuação e defesa da Marinha estadunidense.

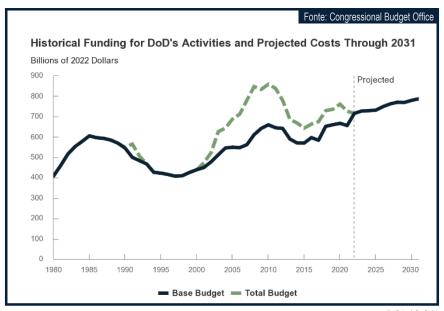
Em março, o Departamento de Defesa (DoD, sigla em inglês) enviou ao Congresso a "2022 National Defense Strategy", contendo orientações para atuação do DoD, incluindo estrutura e modernização da Força. O documento destacou como prioridades: o fortalecimento da dissuasão, capacidade de atuação em diferentes domínios e preparo da Força para prevalecer frente aos seus concorrentes estratégicos - China no Indo-Pacífico e a Rússia na Europa. Também são trazidos como desafios: a Coreia do Norte, o Irã, ameaças transfronteiriças e as mudanças climáticas.

Nesse sentido, além do fortalecimento das alianças, a estratégia do DoD é o investimento em uma Força conjunta, com sistemas tecnologicamente avançados, a partir de três pilares: (i) Dissuasão integrada; (ii) Condução de operações e iniciativas bem definidas e

voltadas para as prioridades estratégicas do país; e (iii) Modernização da Força para construção de vantagens duradouras. Esses fundamentos também são destacados na proposta de orçamento para o departamento no Ano Fiscal de 2023 (FY23) enviada ao Congresso. O documento prevê a necessidade de US\$ 773 bilhões, 4,1% superior ao FY22, para a consolidação desse planejamento.

Os submarinos de ataque são embarcações fundamentais na estratégia de atuação dos EUA, realizando missões de vigilância, reconhecimento, inteligência e guerra submarina. Os novos ativos devem comportar uma tripulação de 136 militares e mísseis de cruzeiro *Tomahawk*, além de trazer diversas inovações no seu sistema de armas; sistema de controle permitindo maior manuseio em águas rasas e ênfase em operações litorâneas; e tecnologia *stealth*.

Ao longo do tempo, os discursos de diferentes autoridades da Marinha e do Governo têm evidenciado uma mudança na estratégia de construção naval do país, voltados para embarcações menores e com maior nível de tecnologia, como tem sido a classe *Virginia*. O investimento nesse tipo de submarino é fundamental para a garantia da estratégia de atuação da Marinha dos EUA em águas internacionais, incluindo sua participação em operações para fortalecimento de alianças e da segurança marítima.



DOI 10.21544/2446-7014.n164.p07.

ÁFRICA SUBSAARIANA

As contradições da potencial revalorização energética do Golfo da Guiné

João Victor Marques

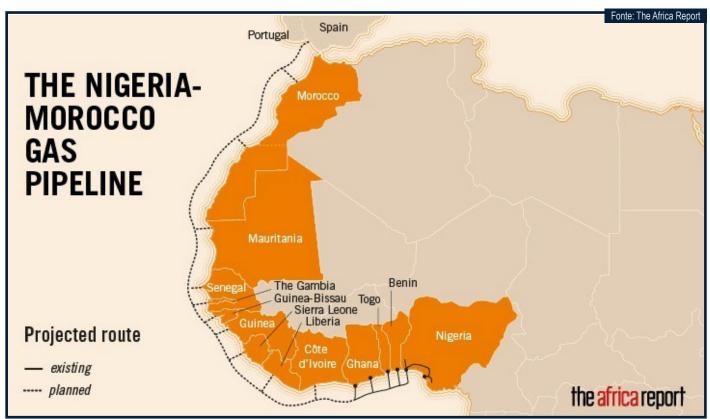
s hidrocarbonetos do Golfo da Guiné (GoG) tornaram-se uma relevante alternativa à segurança energética da União Europeia (UE), que visa substituir as importações de petróleo da Rússia, sob sanções em virtude do conflito na Ucrânia. Embora a UE também esteja focada na transição para energias renováveis ou menos poluentes (Boletim 163), a busca por fornecedores alternativos de fósseis ainda se faz necessária, haja vista a predominância desses energéticos em 80% da matriz global. Dessa forma, as reservas do GoG, estimadas em 49 bilhões de barris de petróleo e 6,4 trilhões de metros cúbicos de gás, equivalente a 40% das reservas africanas, estariam sendo revalorizadas. Questiona-se, porém, as contradições desse processo, já que o objetivo da UE minimiza os riscos de uma ruptura da própria segurança energética, a despeito da pobreza energética que acomete as sociedades às margens do GoG.

A decisão da UE em aplicar sanções à Rússia em até 90% das importações de petróleo e em reduzir pelo menos dois terços do gás gera oportunidades de negócios. De um lado, os países do GoG, sobretudo a Nigéria, poderiam expandir a produção e a exportação, ao passo que destravem o financiamento aos projetos de exploração de óleo e gás, bem como a construção de infraestrutura de gasodutos e terminais de gás natural liquefeito. Diferentemente do Norte da África, onde já existem infraestruturas conectadas à Europa e

cujos investimentos necessários seriam de aumento de capacidade, o GoG exige projetos novos. Destacam-se o desenvolvimento de gás *offshore* tocados pela *BP* no Senegal e na Mauritânia, o gasoduto Trans-Saariano entre a Nigéria e a Argélia, e a extensão do gasoduto Nigéria-Gana até a Espanha.

Por outro lado, essas oportunidades historicamente não refletem em melhoria das condições de vida, haja vista a situação de pobreza energética. Exemplificando, 1,5 bilhão de pessoas dependem da biomassa tradicional para aquecimento e cocção, além de 95% das 750 milhões de pessoas sem acesso à eletricidade habitarem a África Subsaariana. Na Nigéria, maior economia e produtora/exportadora de petróleo africana, enfrenta-se escassez de combustíveis devido à dependência em 90% das importações. Em suma, a riqueza de hidrocarbonetos no GoG nunca se materializou em superação da pobreza energética, pois a estratégia sempre esteve atrelada à demanda do mercado externo.

Finalmente, acentua-se que a potencial revalorização energética do GoG reflete o desígnio de obter uma alternativa no curto prazo e evitar o colapso do abastecimento energético europeu, a despeito de uma estratégia desenvolvida pelos atores do GoG capaz de, paralelamente garantir energia acessível e confiável às próprias populações.



DOI 10.21544/2446-7014.n164.p08.

EUROPA

O protocolo da Irlanda do Norte e o seu impacto nas relações Reino Unido - União Europeia

Guilherme Carvalho

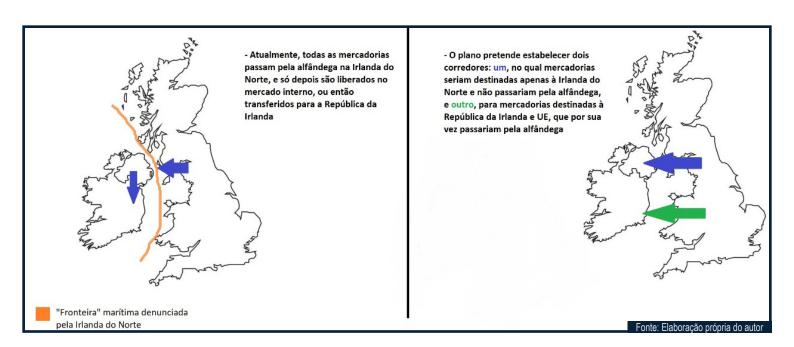
Reino Unido publicou planos no início deste mês para mudar o Protocolo da Irlanda do Norte, um instrumento político e legal destinado a manter as fronteiras irlandesas abertas e evitar um possível retorno à violência sectária pelo estabelecimento de uma fronteira física na região. Com o anúncio por parte de Londres, Bruxelas ameaça agora levar o reino à Corte Europeia de Justiça. Dessa maneira, como a mudança neste Protocolo pode afetar as relações entre o Reino Unido e a União Europeia (UE)?

Primeiramente, é necessário entender o que é o Protocolo em termos práticos e o que Londres pretende mudar nele. Devido a regras sanitárias e tarifárias da UE, arranjos específicos tornaram-se obrigatórios na Irlanda do Norte, desde que tornou-se a única fronteira com um país-membro da UE dentro do reino. O Protocolo estabeleceu que diversos bens oriundos do Reino Unido à Irlanda do Norte e/ou a República da Irlanda devem passar pela alfândega já nos portos norte-irlandeses. Além disso, esses bens estariam sujeitos aos padrões tarifários e técnicos de Bruxelas, mesmo que destinados apenas à Irlanda do Norte. Com isso, atualmente, setores políticos proeminentes de Belfast protestam que este acordo impõe uma fronteira marítima entre o Reino Unido e seu país,

reacendendo tensões políticas na região.

O que Londres pretende agora é estabelecer dois corredores comerciais na região: um para bens que sejam unicamente destinados à Irlanda do Norte - que não passariam por barreiras alfandegárias - e outro para bens destinados à República da Irlanda e UE, que teriam tais trâmites efetuados na própria República. Londres busca embasar esta mudança no Artigo 16 do Protocolo, que versa que seus signatários podem tomar medidas unilaterais caso os arranjos do próprio documento estejam causando sérios problemas sociais e econômicos aos acordantes. Em resposta, a UE tem se movimentado: planos divulgados pela mídia vão desde o acionamento da Corte de Justiça Europeia, o estabelecimento de uma fronteira física na República da Irlanda e até mesmo a exclusão do Acordo do Brexit, o que poderia até levar a uma guerra comercial.

É observável que o Protocolo estabelecido com o Brexit não mais atende os anseios da Irlanda do Norte, e acaba por pressionar o Reino Unido a tomar uma medida unilateral para a diminuição das tensões na região. Esta medida, ainda que estabelecida no Artigo 16, implica uma resposta da UE e possíveis atritos no relacionamento Reino Unido com o bloco.



DOI 10.21544/2446-7014.n164.p09.

As mudanças nas relações entre União Europeia e Dinamarca

Marina Autran

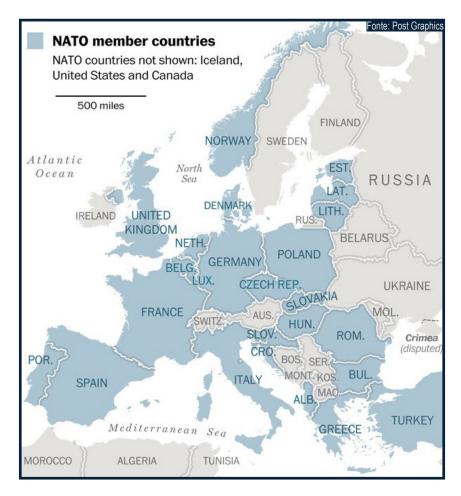
A Dinamarca foi um dos membros fundadores da OTAN (1949), porém havia escolhido não fazer parte da política de defesa comum da União Europeia (UE). Com os recentes desenvolvimentos geopolíticos por conta do conflito na Ucrânia, a população dinamarquesa votou em um referendo no dia 1 de junho de 2022 a revogação dessa não-participação. Considerando que o país dinamarquês teve um dos movimentos mais fortes para sair do bloco europeu com a influência do *Brexit*, é importante analisar como essa decisão impactará a relação desses dois atores.

Dentro da União Europeia, a Dinamarca tem uma história um pouco diferente de outros países devido ao seu ceticismo com a organização. Em 1992, o Tratado de Maastricht foi rejeitado pela oposição da população a um governo federal europeu que poderia limitar sua soberania. No mesmo ano, os outros líderes do bloco permitiram que os dinamarqueses ficassem de fora de quatro pontos: i) cidadania conjunta; ii) justiça e assuntos internos; iii) união monetária; iv) defesa. Todos os referendos anteriores para integrar um desses pontos resultaram em uma resposta negativa, sendo o recente referendo para entrar na política de defesa europeia o primeiro bemsucedido. Essa mudança de comportamento em relação

à UE está presente também em outras decisões, como a abertura dos territórios dinamarqueses para tropas estrangeiras treinarem pela primeira vez desde 1950.

O principal motivo observado por políticos para esse resultado favorável no momento foi o conflito ucraniano. Cada vez mais, a preocupação com a segurança do bloco é vista como essencial e, mesmo já fazendo parte da OTAN, a Dinamarca também pretende estar nas discussões dentro da UE. Esse movimento segue a tendência dos países nórdicos de reavaliar suas relações com o resto da Europa, tal como observado pelo pedido de adesão da Finlândia e Suécia na OTAN. Ainda que um momento histórico, em termos práticos, a participação da Dinamarca nas operações de segurança da União Europeia não tem um peso militar significativo para nenhum dos dois atores.

Portanto, a decisão de revogar a não-participação da Dinamarca na política de defesa comum da União Europeia tem mais significados simbólicos do que práticos. Mesmo não impactando consideravelmente a segurança do bloco, o maior envolvimento do país nórdico mostra a continuação da tendência de maior integração europeia em questões de defesa, principalmente após o conflito na Ucrânia.



DOI 10.21544/2446-7014.n164.p10.

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

A disputa marítima entre Israel e Líbano

Amanda Marini

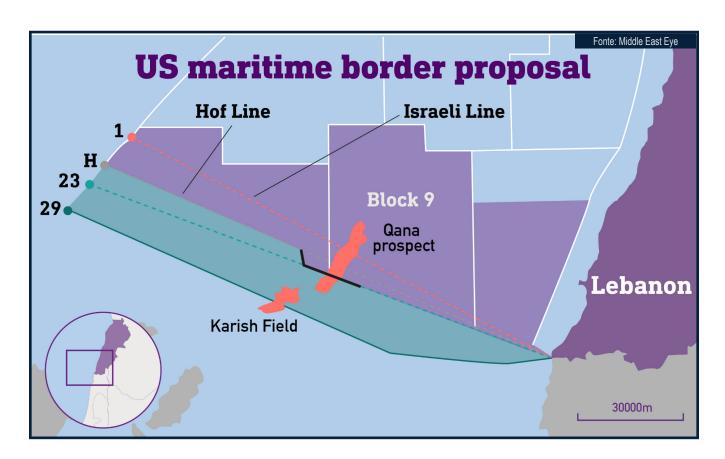
Desde a formação de ambos os Estados, as relações diplomáticas entre Israel e Líbano são marcadas por guerras e confrontos armados, além de questões referentes a demarcações fronteiriças. Recentemente, um desentendimento sobre as fronteiras marítimas dos dois países prejudicou a exploração de gás no Mediterrâneo Oriental, com a possibilidade de acentuar as tensões regionais. Nesse sentido, quais elementos ajudam a explicar a disputa marítima Líbano-Israel?

A Bacia do Levante tem um grande potencial energético, principalmente após a descoberta de grandes campos de gás natural, sendo objeto de disputas regionais. O atual desentendimento começou quando, no início de maio, Beirute contestou a presença de um navio-sonda da empresa britânica *Energean*, que, após acordos com Tel-Aviv, estava realizando prospecções para perfurar no campo de gás de Karish, no leste do Mediterrâneo. Este detém cerca de 1,4 trilhão de pés cúbicos de gás natural comprovados, o que explica o interesse de ambos os países. O Líbano argumenta que este campo está em suas águas territoriais, enquanto Israel alega que faz parte da sua Zona Econômica Exclusiva. Esse impasse traz mais instabilidade para suas já críticas relações bilaterais, em

virtude das guerras e das constantes crises diplomáticas.

O Líbano enfrenta uma grave crise econômica e estrutural desde 2019 (Boletim 151) e a exportação de gás natural é vista como uma das maneiras de gerar mais receitas para o país amenizar o cenário atual. Já para Israel, o controle desse campo seria crucial para a sua segurança energética, além de significar um alívio nas importações de gás natural, que levaria o país a ser menos dependente das oscilações do mercado. Nesse panorama, no dia 6 de junho, Beirute convidou o encarregado de assuntos energéticos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Amos Hochstein, para mediar as negociações da disputa marítima com Israel e traçar propostas para um novo limite fronteiriço. Entretanto, as orientações postas em análise encontram resistências e dificuldades para um consenso, acentuando a crise de limites marítimos.

Logo, o debate acerca da disputa marítima entre o Líbano e Israel tem como plano de fundo a riqueza e potencial energético da Bacia do Levante. Portanto, observa-se a relevância da delimitação fronteiriça marítima entre os países e o potencial de acentuar uma relação bilateral já instável, além da escalada do conflito.



DOI 10.21544/2446-7014.n164.p11.

RÚSSIA & EX-URSS

Rússia e Golfo Pérsico: um jogo de interesses

Vitória França

Nos últimos anos, os países do Oriente Médio, principalmente os maiores fornecedores mundiais de petróleo do Golfo Pérsico, têm sido direta ou indiretamente atingidos por tensões entre a Rússia e o Ocidente. Assim, teria o conflito russo-ucraniano potencial de influenciar um maior alinhamento dos países árabes do Golfo a partir de recentes movimentações da Rússia?

A Rússia vem intensificando os contatos com os países do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC, sigla em inglês) com base em interesses econômicos mútuos desde o início dos anos 2000. O país conta com pelo menos duas áreas principais de cooperação econômica: a coordenação da produção de petróleo, inclusive no âmbito da OPEP+, e cooperação em relação à exportação de alimentos (Boletim 162). Por outra perspectiva, a Rússia também é conhecida pela venda de armas aos países do Golfo. Ainda que o país mantenha negociações com regimes do Irã e Síria, também guarda boas relações com Estados em oposição: Arábia Saudita, Bahrein e Emirados Árabes Unidos. Assim, o sucesso diplomático russo na região deve-se, pelo menos em parte, à disposição de Moscou em trabalhar com todos os governos, ocupando espaços muitas vezes deixados pelos Estados Unidos.

A partir dessa estrutura já construída ao longo das últimas décadas, no cenário atual, Moscou tem tentado aproveitar quaisquer ganhos estratégicos que obteve no Golfo. Nesse sentido, em maio, o chanceler russo, Sergey Lavrov, visitou a Arábia Saudita e Bahrein, onde participou do fórum do GCC, em sua segunda viagem a países árabes em um mês, sinalizando intenção de aprofundamento dessa cooperação. Porém, a crise deixou os países árabes do Golfo em uma posição diplomática difícil. Em toda a região os atores políticos estão, em sua maioria, se esquivando do alinhamento direto com o lado russo ou ocidental, preferindo proteger suas relações. Apenas os governos iraniano e sírio, assim como o Hezbollah no Líbano e os houthis no Iêmen, expressaram solidariedade à Rússia. Os demais governos são parceiros próximos dos Estados Unidos, mas não estão dispostos a antagonizar abertamente nenhum dos lados.

No contexto do conflito russo-ucraniano em andamento, os Estados árabes têm escolhido a neutralidade até então. Dessa forma, observa-se que o lado russo parece muito mais otimista sobre o potencial aumento de cooperação com a região do que vice-versa. Nem mesmo maiores movimentações diplomáticas russas parecem indicar uma mudança nessa posição.

	RUSSIA'S SHARE OF GCC IMPORTS	RUSSIA'S SHARE Of GCC EXPORTS	GCC'S SHARE OF RUSSIAN IMPORTS	GCC'S SHARE OF Russian exports
Bahrain	0.35%	0.06%	0.01%	0.00%
Kuwait	0.50%	0.03%	0.00%	0.21%
Oman	0.01%	0.01%	0.00%	0.06%
Qatar	1.10%	0.04%	0.01%	0.02%
Saudi Arabia	0.49%	0.08%	0.06%	0.41%
UAE	1.27%	0.24%	0.28%	0.81%
			I	Fonte: Geopolitical F

DOI 10.21544/2446-7014.n164.p12.

LESTE ASIÁTICO

Três destaques para a aliança militar Seul-Washington

Marcelle Torres

Em meio aos rumores de iminência do sétimo teste nuclear norte-coreano e à visita de Biden à Coreia do Sul no início do mandato presidencial de Yoon Suk-yeol como o primeiro destino asiático, um tema chama a atenção: a evolução da aliança militar entre Seul e Washington. Fundada no âmbito da Guerra da Coreia (1950-1953), a aliança, que tradicionalmente se concentrava em terra, atualmente vai além da postura de defesa combinada na Península Coreana e alcança agendas de democracia, economia, cadeias de suprimentos globais. Três áreas se destacam: o programa espacial sul-coreano, a cooperação nuclear pacífica e uma parceria marítima com vistas ao Indo-Pacífico.

No dia 21 de junho, a Coreia do Sul lançou com sucesso o foguete espacial Nuri (KSLV-II), com tecnologia nacional, visando lançar mais quatro foguetes até 2027 e satélites de vigilância militar de baixa órbita para avançar seu programa espacial. As ambições espaciais sul-coreanas foram impulsionadas com a flexibilização estadunidense das diretrizes de mísseis e remoção de limites ao uso de combustível sólido em veículos de lançamento espacial (Boletim 148 e Boletim 140).

No tocante à cooperação nuclear pacífica, a Declaração Conjunta Biden-Yoon fomentou a ampliação da cooperação nuclear civil quanto à parceria em mercados nucleares estrangeiros, desenvolvimento de reatores avançados e pequenos reatores modulares (SMR,

sigla em inglês). Seul se uniu ao programa Foundational Infrastructure for Responsible Use of Small Modular Reactor Technology (FIRST), liderado pelos EUA. Ainda, segundo o Primeiro-Ministro Han Duck-soo, Seul usará a energia nuclear como ferramenta para a segurança energética do país e neutralidade de carbono.

Quanto à esfera naval, no início de junho, as Marinhas da República da Coreia, sob o comando da *Maritime Task Flotilla 7* (MTF-7), e dos EUA, sob o comando do *Carrier Strike Group 5*, realizaram o exercício *Carrier Strike Group 2022*, no Mar das Filipinas. O exercício fomentou a interoperabilidade entre ambas as forças navais, incluindo defesa aérea e antimísseis, interdição marítima e cenários de guerra antissubmarina. Participaram os contratorpedeiros sul-coreanos *ROKS Sejong O Grande* (7,600t) e *ROKS Munmu O Grande* (4,400t) e o navio de assalto anfíbio *ROKS Marado* (14,500t).

A iniciativa sul-coreana de buscar maiores responsabilidades regionais e globais, como a adesão de Seul ao Quadro Econômico Indo-Pacífico (IPEF, sigla em inglês) e o anseio por cooperação regional de segurança, é apreciada pelos EUA. À medida que Seul vislumbra uma maior projeção no cenário internacional, especialmente nas searas nuclear e espacial, é fundamental que continue construindo uma relação de confiança e transparência com seu principal aliado militar.

DOI 10.21544/2446-7014.n164.p13.

SUL DA ÁSIA

13

A relevância da LAC para as relações sino-indianas

Iasmin Gabriele

A Line of Actual Control (LAC, em inglês) é um ponto sensível nas relações entre China e Índia desde que foi definida, em 1962. Seu objetivo central é separar os territórios controlados pelos dois países, demarcando suas fronteiras no território do Himalaia. No início de junho de 2022, o Ministro da Defesa chinês Wei Fenghe culpou Nova Déli pelas crescentes tensões fronteiriças próximo à Ladakh, afirmando que o aumento das tensões são consequência das ações do país sul asiático. Quais os desdobramentos que as tensões na fronteira em questão podem trazer para o Sul e o Leste da Ásia?

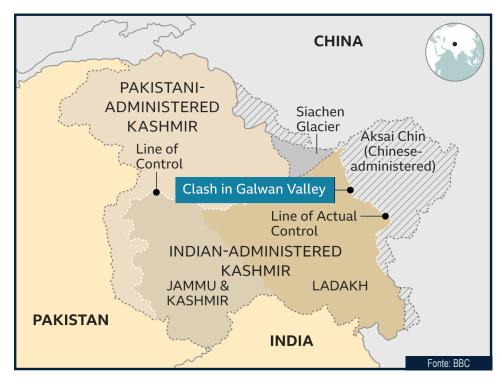
As definições geográficas sobre a demarcação da linha é ponto de controvérsia entre os dois gigantes asiáticos. A LAC foi estabelecida após a Guerra Sino-Indiana de 1962, sendo ratificada apenas em 1993. A Índia não ficou satisfeita com a forma que as fronteiras

foram definidas, e até hoje há discordâncias entre os dois países acerca da geografia da linha. Nas décadas mais recentes, foram registrados diversos conflitos entre as forças armadas chinesas e indianas, o que tem causado desconfortos diplomáticos.

No episódio mais recente envolvendo a LAC, a postura dos dois lados foi manter as discussões através de conversas formais para que o estado de normalidade fosse restabelecido. O principal motivo de discordância atual é sobre militarizar ou não a região em questão, e tal situação tem se estendido há cerca de dois anos. Desde então, segundo o jornal *Hindustan Times*, já foram feitas quinze rodadas de conversas entre os militares, além das tentativas através da diplomacia, mas resultados concretos ainda não foram obtidos. Tanto Pequim quanto Nova Déli têm mantido militares na região de Ladakh.

É possível inferir, então, que um dos motivos que leva aos desentendimentos acerca da LAC é que essa é uma forma de ambos de demonstrarem suas forças, tendo-se em vista que a Índia busca exercer protagonismo no Sul da Ásia e, atualmente, seu maior obstáculo para tal feito

é a projeção chinesa em todo o continente. É fato que as potências nucleares, apesar de não serem rivais, possuem interesses conflitantes. As discordâncias acerca da LAC não parecem alterar as dinâmicas do continente asiático, mas vale atentar-se aos próximos movimentos na região.



DOI 10.21544/2446-7014.n164.p14.

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Indonésia: mesmos parceiros, novas estruturas e dinâmicas

Gabriela Veloso

As tensões no Mar do Sul da China (MSC) seguem escalonando e, ainda que não haja um conflito bélico direto, as dinâmicas de poder continuam. O grande jogo de tabuleiro do MSC faz com que países inseridos neste contexto, como no caso de grande parte dos Estados do Sul e do Sudeste Asiáticos, procurem formas de reforçar sua segurança, em especial no âmbito marítimo. Neste contexto, observa-se a Indonésia cooperando com os Estados Unidos e a Índia para a realização de exercícios militares.

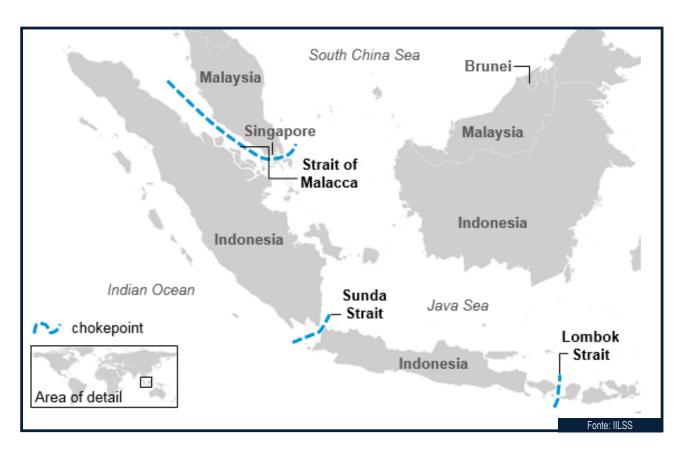
Nesta última semana, teve início, pela primeira vez em dois anos, o Exercício de Patrulha Coordenado (CORPAT) entre as Marinhas da Índia e da Indonésia. O CORPAT terá duração de 11 dias e passa pela principal via de navegação entre os oceanos Índico e Pacífico - o estreito de Málaca. Este exercício, que já acontece desde 2002, mas que tem sido mais estruturado nas últimas edições, tem como objetivo primário reforçar a segurança marítima regional, colaborando para prevenção da pesca ilegal, do tráfico de drogas, do terrorismo marítimo e da pirataria.

Além disso, as conversas entre Estados Unidos e Indonésia para a realização do *Garuda Shield* deste ano já começaram. Ao que tudo indica, nesta edição o exercício ocorrerá nas proximidades das Ilhas Natuna, um ponto alto de tensão no conflito do MSC, onde navios chineses, tanto de pesca, quanto estatais, têm gerado embates com o governo indonésio, que tenta combater, de diversas formas, a atuação chinesa em seu território, seja este marítimo ou não. O exercício neste ano envolverá ao todo, 14 países, possivelmente sendo o maior *Garuda Shield* já feito, com cerca do dobro de militares participantes, em comparação ao último.

Esses dois exercícios refletem a estratégia indonésia de reforço de sua segurança. Enquanto o exercício com a Índia está localizado numa das principais rotas comerciais asiáticas, o exercício com os norte-americanos e os outros participantes pode ajudar a recuperar os territórios de Natuna que foram ocupados pelos chineses, mas estão na Zona Econômica Exclusiva indonésia. O país está jogando ao mesmo tempo com potências regionais e extrarregionais, no intuito de aumentar sua projeção »

internacional em termos de poder e também sua segurança que o país ainda segue com outros projetos de cooperação com fortes parcerias. Isso, entretanto não desbanca a política externa indonésia de não-alinhamento, uma vez

com países como a China, por exemplo.



DOI 10.21544/2446-7014.n164.p14-15.

ÁRTICO & ANTÁRTICA

O avanço na navegabilidade no território antártico Factorian Deep

Gabriela Paulucci

mapeamento e a acumulação de informações geográficas são peças-chaves para a navegação marítima segura. Sob essa ótica, o mês de junho foi o ponto de partida para um novo capítulo no sexto continente, marcado pelo reconhecimento do ponto mais profundo do Oceano Antártico, feito pelo projeto Carta Batimétrica Internacional do Oceano Antártico (IBCSO, em inglês). No entanto, é importante salientar que esse movimento só foi possível graças à cooperação e junção de dados fornecidos por navios quebra-gelo de diferentes países, que têm contribuído diretamente com a ciência antártica. Seria esta uma prova de que a ciência estaria sobrepondo-se sob às disputas da geopolítica global ou de que a ampliação de conhecimento destes atores seria mais um mecanismo de acumulação de poder?

O IBCSO é apoiado pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), da UNESCO, pelo Comitê Científico de Pesquisa Antártica (SCAR), e pela Organização Hidrográfica Internacional (IHO). As novas pesquisas descobriram uma depressão no território

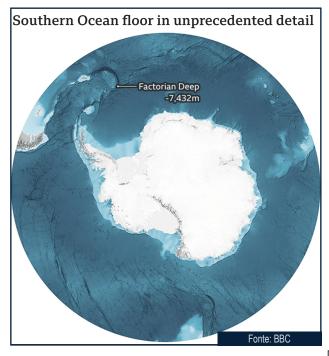
antártico, chamada de Factorian Deep, no extremo sul da Fossa Sandwich do Sul. Esta zona foi descoberta como o ponto mais profundo do Oceano Antártico. Essa expertise em conhecimento de topografia do fundo do mar no Oceano Sul vem de grande parte do navio quebragelo britânico RRS Sir David Attenborough, ilustrando a centralidade e evolução gradual dos investimentos do Reino Unido no continente.

Além disso, no mesmo mês houve a descoberta de um novo ecossistema, abaixo de camada de gelo no continente gelado, feita por cientistas da Nova Zelândia. Estes eventos trouxeram uma nova perspectiva sobre a versatilidade da ciência antártica, que prospectou uma nova espécie de artrópodes, desconhecidos anteriormente. Neste último caso, expande-se o palco para o protagonismo da Nova Zelândia, país reivindicante do território antártico e ativo nas pesquisas no continente. Esta conquista é especial pois foi feita na plataforma de gelo Ross, a maior do mundo e território reivindicado pelos neozelandeses.

Todas essas descobertas têm fomentado a cooperação

internacional no território, ainda que o Tratado Antártico, marcado por ser o "freio" nas reivindicações territoriais antárticas, impulsione certas "desconfianças" entre os países. Sob a ótica da segurança marítima, essas conquistas representam um avanço na navegabilidade

e na prospecção de recursos antárticos. Essa nova acumulação de dados configura um novo olhar para uma possível revisão do Tratado Antártico, sabendo que os países reivindicantes têm cada vez mais influência e protagonismo no sexto continente.



DOI 10.21544/2446-7014.n164.p15-16.

TEMAS ESPECIAIS

A corrida quântica e o descompasso estadunidense

Maria Claudia Menezes

Em 2021, o Irã testou a transmissão criptografada de mensagens a longa distância utilizando tecnologia quântica. No ano seguinte, vários países como Estados Unidos, Luxemburgo e Singapura anunciaram redes de teste para aplicativos e até Internet quântica. O rápido desenvolvimento da tecnologia de criptografia quântica traz mudanças significativas para a área de defesa cibernética ao passo que essa tecnologia se torna mais difusa entre os países. No entanto, existe uma clara diferença de prioridade de investimento entre os Estados Unidos e seus adversários. Quais seriam as consequências deste descompasso?

O campo da segurança quântica está divido em duas áreas: pós-quântico e criptografia quântica (QKD, sigla em inglês), ambos com seus benefícios. A tecnologia pósquântica utiliza técnicas clássicas de criptografia para defender contra os ataques de computadores quânticos. A QKD, no entanto, distribui o acesso ao sistema para usuários autorizados através de chaves quânticas de acesso. Quando comparadas, ambas as tecnologias são seguras, mas a QKD em particular necessita da atualização dos equipamentos digitais para equipamentos quânticos. Isso faz com que o investimento em criptografia pósquântica seja comparativamente mais barato.

Esta foi a principal justificativa no documento oficial

da National Security Agency (NSA) para a escolha dos Estados Unidos de investir em soluções pós-quânticas para cibersegurança; enquanto a segunda justificativa foi como o sistema é sensível a ataques de negação de serviço (DDoS). Tal escolha, quando observada no sistema mundial, é surpreendente, visto que seus aliados, Japão e Europa, estão focando em QKD. O mesmo pode ser dito de seus rivais, que pesquisam a mesma tecnologia. Ou seja, outros países já sinalizaram uma atualização em seus equipamentos para completa cibersegurança quântica enquanto os Estados Unidos não.

No momento atual, o campo de cibersegurança quântica é ainda muito novo. Os Estados Unidos lideram em termos de desenvolvimento, mas a escolha para um sistema criptográfico mais tradicional atrai muitas críticas e indagações. Será que soluções pós-quânticas podem sobreviver a um futuro próximo onde supercomputadores quânticos são parte do cenário normal geopolítico? Muitos críticos da decisão dizem que não. Isso levanta a real possibilidade de, mesmo com sua liderança atual, os Estados Unidos ao final poderem perder o seu status de potência tecnológica e ter que futuramente reconstruir seu sistema cibernético para se proteger de vulnerabilidades criadas pela difusão de supercomputadores quânticos.

DOI 10.21544/2446-7014.n164.p16.

ARTIGOS SELECIONADOS & NOTÍCIAS DE DEFESA

Por: CT Bruno Carvalho

- Catapulting China's Carrier Capabilities IISS, Douglas Barrie e Nick Childs
- Core contradictions threaten a multilateral future CHATAM HOUSE, Malloch-Brown e Leslie Vinjamuri
- ► The Hidden War in Ukraine CSIS, Emily Harding
- ► The Return of Industrial Warfare RUSI, Alex Vershinin
- Unblocking the Black Sea for Ukrainian Grain RAND, Bradley Martin e William Courtney

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: Guilherme Carneiro e Maria Eduarda Parracho

JUNHO

Principais eventos de 22 a 30 de junho













JULHOPrincipais eventos de 01 a 05 de julho





REFERÊNCIAS

Pesca ilegal: ameaça recorrente à segurança marítima 2022. equatoriana

FORD, A. Game Changers 2021: How IUU Fishing Plundered Latin America's Oceans. InSight Crime. Argentina, 23 dez 2021. Acesso em: 30 maio 2022. LOAIZA, Y. Alarma en Ecuador: nuevamente la flota china pesca cerca de • las islas Galápagos. Infobae. Quito, 06 jun 2022. Acesso em: 07 jun.2022.

natural: a intransigência Gás geopolítica combustível da transição

RAMALHO, A. MANSO, L.F. Como acordo Bolívia-Argentina afeta o mercado de gás natural no Brasil. Epbr. Rio de Janeiro, 21 maio 2022. Acesso em: 10 jun. 2022

BRASIL. 2031: Plano Decenal de Expansão de Energia. Ministério de Minas e Energia, 2022. Acesso em: 10 jun. 2022.

Segurança alimentar: o desafio caribenho frente a 20 jun 2022. crise na Ucrânia

CHOW, D. In the Caribbean, Severe Food Insecurity Has Increased By 72% • In the Past Two Years. Forbes. 26 abr 2022. Acesso em: 15 jun. 2022. Mia: Food security critical for CARICOM. Nation News. 20 maio 2022. Acesso em: 15 jun. 2022.

Submarinos classe-Virgínia e a meta de 355 navios da Marinha dos EUA

U.S. CONGRESS. Congressional Research Service. Navy Virginia (SSN-774) Class Attack Submarine Procurement: Background and Issues for Congress. CRC Report. 28 de abr. de 2022. Acesso em: 01 jun. 2022. U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. Fact Sheet: 2022 National Defense Strategy. Acesso em: 17 jun. 2022.

As Contradições da Potencial Revalorização Energéti- • ca do Golfo da Guiné

GLEZ, D. Nigeria is both a solution and victim of European Energy Crisis. The African Report. 18 abr 2022. Acesso em: 06 maio 2022. MEALIA, K. Africa can help Europe build energy security post-Ukraine. The African Report. Johannesburg, 24 mar 2022. Acesso em: 06 maio 2022.

O Protocolo da Irlanda do Norte e o seu impacto nas relações Reino Unido-União Europeia

CAMPBELL, J. Brexit: What is Article 16 of the Northern Ireland Protocol?. BBC News. 17 maio 2022. Acesso em: 20 jun 2022.

EU exit and the Northern Ireland Protocol. NiDirect Government Services. Acesso em: 20 jun 2022.

As mudanças nas relações entre União Europeia e Dinamarca

MILNE, R. Denmark votes to end EU defence opt-out in historic referendum. Finacial Times. 01 jun 2022. Acesso em: 20 jun 2022. Denmark set to vote in referendum on joining EU defence policy. Al Jazeera. 31 mai. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.

A disputa marítima entre Israel e Líbano

NAJEN, L. WILLIANS, D. Beirut to invite U.S envoy for talks over maritime spat with Israel. Reuters. Beirute, 06 jun 2022. Acesso em: 15 jun 2022. CHAMSEDDINE, A. Lebanon and US envoy swap proposals to solve maritime dispute with Israel. Middle East Eye. Beirute, 14 jun 2022. Acesso em: 15 jun. 2022.

Rússia e Golfo Pérsico: um jogo de interesses WEHREY, F. The Impact of Russia's Invasion of Ukraine in the Middle East

and North Africa. Carnegie Endowment. 19 jun 2022. Acesso em: 20 jun

KATZ, M. Russia in the Mediterranean and the Middle East. leMed. Virginia, 2021. Acesso em : 20 jun 2022.

- Três destaques para a aliança militar Seul-Washington Republic of Korea, U.S. Navies Conclude Carrier Strike Group Exercise. USINDOPACOM. Mar filipino, 06 jun 2022. Acesso em 16 jun. 2022. no THE WHITE HOUSE. United States-Republic of Korea Leaders' Joint Statement. The White House, 21 maio 2022. Acesso em: 17 jun.2022
 - A relevância da LAC para as relações sino-indianas PATRONOBIS, S. China pins blame on India for LAC standoff. The Hindustah Times. Pequim, 13 jun 2022. Acesso em: 20 jun 2022. SINGH, S. Line of Actual Control (LAC): Where it is located, and where India and China differ. The Indian Express. Nova Déli, 01 jun 2020. Acesso em:
 - Mesmos parceiros, novas estruturas e dinâmicas Navies of India, Indonesia begin coordinated patrol exercise. The Economic Times. 13 jun 2022. Acesso em: 20 jun 2022.

JIBIKI, K. NEMOTO, R. Indonesia, US eye South China Sea hot spot for military drills. Nikkei Asia. Jacarta, 25 maio 2022. Acesso em: 20 jun 2022.

O avanço na navegabilidade no território antártico **Factorian Deep**

AMOS, J. Cientistas fazem mapa detalhado do fundo do mar da Antártida. BBC News. 08 jun 2022. Acesso em: 20 jun 2022.

Cientistas descobrem novo ecossistema abaixo de camada de gelo na Antártica. Uol. 14 jun 2022. Acesso em: 20 jun 2022.

A Corrida Quântica e o Descompasso Estadunidense NSA. Quantum Key Distribution (QKD) and Quantum Cryptography (QC). Acesso em: 20 jun. 2022.

FLAHERTY, Nick. Testbed for quantum communications. Electronics Europe News. 12 abr. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCO

Omapa intitulado "Principais Riscos Globais", exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio

risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em cinza representam conflitos monitorados, caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Guilherme Carneiro e Luísa Barbosa

► ALTO RISCO:

- AFEGANISTÃO Conflito entre foças insurgentes: <u>Afghanistan facing 'the darkest moments' in a generation</u>. UN News, 15 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.
- BELARUS Tensão regional: <u>Russia Calls On US To Lift Belarus Fertilizer Embargo To Tackle Global Agricultural Crisis</u>. **Republic World**, 17 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.
- HAITI Crise estrutural e instabilidade fronteiriça: <u>Haiti Gang Has Occupied Supreme Court for Almost a Week</u>. **InSight Crime**, 16 jun. 2022. Acesso em: 19 jun. 2022.
- IÊMEN Crise humanitária: <u>The Houthis Still Have the Upper Hand in Yemen</u>. **Foreign Policy**, 15 jun. 22. Acesso em: 20 jun. 2022.
- LESTE EUROPEU Tensões com a Rússia e crise migratória: <u>Planning for the long haul: four months on, the Ukrainian refugee crisis is only just beginning</u>. **The Guardian**, 20 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.
- LÍBANO Crise estrutural: <u>Unrest Brews in Egypt, Lebanon Amid Economic Crisis, High Food Prices</u>. **Marocco World News**, 18 jun. 22. Acesso em: 20 mai. 2022.
- MIANMAR Golpe militar: <u>Situation critical in Myanmar with mounting resistance to military junta</u>. **Hindustan Times**, 18 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.
- RÚSSIA E UCRÂNIA Conflito Militar: <u>Ukraine war in maps: Tracking the Russian invasion</u>. **BBC News**, 20 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.
- SRI LANKA Crise estrutural: <u>IMF team arrives in Sri Lanka as crisis worsens</u>. **Al Jazeera**, 20 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.
- SUDÃO Golpe de Estado: <u>Military leaders control power in Sudan due to lack of political agreement: al-Burhan.</u> **Sudan Tribune**, 19 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.

► MÉDIO RISCO:

- BURKINA FASO Instabilidade sociopolítica: <u>Burkina Faso massacre highlights a strengthening insurgency</u>. **The Washington Post**, 16 jun. 2022. Acesso em: 19 jun. 2022.
 - ETIÓPIA Conflito entre governo e forças insurgentes: After the war ends, can Ethiopia's economic 'miracle' get

back on track?. Financial Times, 20 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.

- LÍBIA Crise estrutural e tensão eleitoral: <u>Presidential Council: Elections are the only solution to the Libyan crisis</u>. **Libya Observer**, 15 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.
- MALI Tensão regional: <u>Mali's withdrawal from G5 Sahel effective from June 30</u>. **AfricaNews**, 17 jun. 2022. Acesso em: 19 jun. 2022.
- SÍRIA Insegurança regional: <u>Extension of Syria aid border crossing crucial: Irish FM Coveney</u>. **Daily Sabah**, 20 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.
- VENEZUELA Crise estrutural: <u>El ELN y la Fuerza Armada van por la guerrilla venezolana FBL/FPLN, que quedó en medio de la disputa de poder entre Maduro y Diosdado Cabello</u>. **Infobae**, 19 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.

► EM MONITORAMENTO:

- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO Conflito em Nagorno-Karabakh: <u>Armenia And Azerbaijan Establish Border Commission To Decide Nagorno-Karabakh's Future</u>. **The Organization for World Peace**, 19 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.
- COLÔMBIA Conflito fronteiriço: <u>Cidade mais violenta da Colômbia é retrato dos problemas do país</u>. **Estadão**, 19 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.
- COREIA DO NORTE- Teste de mísseis: <u>China Tests Anti-missile System Days After North Korea Fired Ballistic Missiles</u>. **Republic World**, 20 jun. 2022. Acesso em 20 jun. 2022.
- EL SALVADOR Instabilidade social: <u>El Salvador duplicó el número de presos desde el inicio del estado de excepción a finales de marzo</u>. **Infobae**, 14 jun. 2022. Acesso em: 19 jun. 2022.
- EQUADOR Protestos contra o governo (NOVO NO MAPA): <u>Hundreds of indigenous protesters enter Ecuador capital Quito</u>. **Reuters**, 20 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.
- FINLÂNDIA E SUÉCIA Tensão regional: <u>Sweden, Finland and the balancing act of NATO expansion</u>. **Army Technology**, 20 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.
- GUINÉ Golpe de Estado: <u>L'opposant Cellou Dalein Diallo ignore une convocation par la justice guinéenne</u>. **VOA News**, 13 jun. 2022. Acesso em: 19 jun. 2022.
- GUINÉ-BISSAU Instabilidade política: <u>La Cédéao déploie une force de stabilisation en Guinée-Bissau</u>. **RFI**, 19 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.
- GOLFO DA GUINÉ Insegurança marítima conjuntural: <u>Fragata União parte rumo ao Golfo da Guiné para a Operação Guinex-II</u>. **Poder Naval**, 19 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.
- IRÃ Crise estrutural e negociações nucleares: <u>Iran's nuclear chief: We responded to IAEA in completely legal manner</u>. **Tehran Times**, 19 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.
- ISRAEL Tensões regionais (NOVO NO MAPA): <u>Israel set for another election as coalition moves to dissolve parliament</u>. **Middle East Eye**, 20 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.
- MAR DO SUL DA CHINA- Novos exercícios militares na região: <u>South China Sea feud erupting as Australia warns of 'war with China in our region'</u>. **Express**, 16 jun. 2022. Acesso em: 20 jun.2022.
- MOÇAMBIQUE Conflito entre governo e forças insurgentes: <u>Dinheiro de raptos pode estar a suportar a insurgência em Cabo Delgado, dizem analistas</u>. **VOA News**, 17 jun. 2022. Acesso em: 19 jun. 2022.
- NICARÁGUA Crise política: <u>UN Rights Chief Issues Blistering Report on Nicaragua</u>. **VOA News**, 19 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.
- PERU Instabilidade política: <u>Presidente do Peru depõe a promotoria por caso de suposta corrupção</u>. **G1**, 17 jun. 2022. Acesso em: 19 jun. 2022.

- SOMÁLIA Crise eleitoral e humanitária: <u>Somália enfrenta grave catástrofe humanitária</u>. **DW**, 20 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.
- TAIWAN Embate China-EUA: <u>Us rejects China's claims over Taiwan Strait as concerns grow</u>. **Bloomberg**, 18 jun. 2022. Acesso em: 20 jun. 2022.